

## **Conselho Municipal de Política Cultural Londrina - Paraná**

### **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE LONDRINA REALIZADA EM 23/10/2017.**

1  
2  
3 Aos vinte e três dias do mês de outubro de dois mil e dezessete, com início às dezenove  
4 horas e trinta minutos em segunda convocação, realizou-se, no auditório Vilanova Artigas  
5 da Secretaria Municipal de Cultura – antiga Casa da Criança -, reunião extraordinária do  
6 Conselho Municipal de Política Cultural, biênio dois mil e dezessete a dois mil e  
7 dezenove. A convocação teve como pauta discussões acerca da atual situação do  
8 PROMIC. Foram justificadas as ausências dos conselheiros Rogério Francisco Costa,  
9 Marisol Chiesa e Júlio Erthal. O conselheiro Paulo Briguet apresentou justificativa de  
10 ausência de Luiza de Palma Pimenta Fukushima, porém a mesma é representante da  
11 área de Literatura, que ainda aguarda definições sobre as eleições e portanto não consta  
12 na lista de presença. A mesa solicitou aos conselheiros que não haviam assinado a posse  
13 durante a reunião anterior viessem à mesa para assiná-la e tomaram posse os  
14 conselheiros Gerson Bernardes de Carvalho Junior da setorial de Vilas Culturais e  
15 Washington Luis dos Santos da setorial de Hip Hop. A mesa solicitou aos conselheiros  
16 que mantivessem seus dados de contato atualizados para garantir uma boa comunicação  
17 com os mesmos e garantir o recebimento das convocações. O conselheiro Kennedy Piau  
18 Ferreira propôs um informe, e avisou que havia em circulação um manifesto em apoio ao  
19 Festival de Dança de Londrina e que os conselheiros e demais presentes que tivessem  
20 interesse poderiam assinar. O conselheiro Paulo Briguet pediu para que constasse em ata  
21 que não aprova o manifesto. O conselheiro André Gustavo Martins de Almeida sugeriu  
22 como inclusão de pauta a leitura do Regimento Interno do Conselho. A plenária  
23 concordou com a inclusão e a Presidente Luiza Nascimento Braga realizou a leitura em  
24 voz alta. Após a leitura, o conselheiro Kennedy Piau propôs o encaminhamento de envio  
25 do Regimento Interno por e-mail a todos os conselheiros e o encaminhamento foi aceito  
26 por todos. A Presidente Luiza Braga chama a plenária para a discussão da pauta principal  
27 e chama o Secretário de Cultura Caio Julio Cesaro para falar acerca da situação atual do  
28 PROMIC. O Secretário pede que nas próximas convocações as pautas sejam mais  
29 esclarecidas, pois não houve como preparar um material mais específico aos  
30 questionamentos, pois a pauta era muito genérica. O Secretário explica que após o início  
31 da vigência da Lei 13.019/2014, se fizeram necessários vários encaminhamentos à PGM  
32 para o ajuste dos editais do PROMIC à nova Lei. No que tange ao repasse financeiro aos  
33 projetos independentes de pessoas físicas, a Procuradoria entende que não há a  
34 possibilidade de uso do instrumento convênio (termo de fomento). Explica que, com  
35 relação aos projetos independentes, ele mesmo sugeriu à época o uso da modalidade de

## **Conselho Municipal de Política Cultural Londrina - Paraná**

36 prêmio para esses casos. Informa que em assembleia realizada em julho, o conselheiro  
37 Kennedy Piau, à época, relatou que em um Conselho que participou tomou ciência de que  
38 não era comum a celebração de convênio com pessoas físicas. O conselheiro Kennedy  
39 Piau retifica, dizendo que no evento falou-se que quando eram feitos convênios com  
40 Pessoas Físicas, havia a cobrança de impostos, procedimento que não havia em  
41 Londrina. O Secretário Caio frisou que defende o apoio financeiro à Pessoas Físicas, mas  
42 que é necessária a avaliação de tipos de projetos que cabem à pessoas físicas e à  
43 pessoas jurídicas. Diz ainda que a Procuradoria Geral do Município está com falta de  
44 funcionários o que está gerando um acúmulo de pareceres e que, portanto, havia uma  
45 dificuldade em obter respostas da parte jurídica. Relatou que o entendimento inicial da  
46 Procuradoria foi que não poderia ser celebrado convênio (ou termo de fomento de acordo  
47 com a nova Lei) com pessoas físicas. Caio ressaltou que em Londrina não são utilizados  
48 outros instrumentos, como bolsa ou prêmio, para a formalização de repasses a pessoas  
49 físicas. Mencionou que a modalidade prêmio está prevista na Lei 8666/93, mas que a  
50 modalidade bolsa ainda não está prevista legalmente no município. Diz que, para a  
51 legalização, há a necessidade de proposição de projeto de lei para a criação do  
52 instrumento bolsa, de pesquisa ou de estudo, e que neste instrumento não há a retenção  
53 de Imposto de Renda. Disse também que não há consenso com relação ao uso do  
54 instrumento prêmio para os projetos independentes, pois o consenso geral é de que o  
55 prêmio deve ser pago a objetos que já estão concluídos. O Secretário também informa  
56 que a minuta para regulamentação do uso do instrumento bolsa no município está em  
57 andamento nas Secretarias de Governo e da Fazenda, e que já foi solicitada a análise  
58 dos textos pela Procuradoria Geral, para agilizar a tramitação. Aproveita para informar  
59 também que o orçamento previsto para o PROMIC em 2018 é de 4,5 milhões. A Diretora  
60 de Incentivo à Cultura Sonia Regina Aparecido, informa que neste período foi realizado o  
61 edital de projetos independentes para pessoas jurídicas e o Secretário Caio ressaltou que,  
62 à época, foi entendido pela continuidade dos editais de projetos independentes de  
63 pessoas jurídicas enquanto buscava-se a regularização do instrumento para pessoas  
64 físicas, mas que o Conselho havia entendido que havia o risco de abrir o edital para  
65 pessoas jurídicas e que depois não fossem aprovados os convênios com pessoas físicas.  
66 A Presidente Luiza Braga solicita ao Secretário Caio mais esclarecimentos sobre os  
67 projetos independentes que não foram executados. O Secretário informa que os projetos  
68 não foram executados, pois não há instrumentos para a sua execução, e que há uma  
69 discussão sobre a possibilidade de suplementação do valor que não foi executado para o  
70 orçamento do próximo ano. O conselheiro Kennedy Piau diz que a Secretaria de Cultura  
71 já tinha conhecimento da Lei 13.019/2014 com prazo anterior e que havia sido elaborado

## Conselho Municipal de Política Cultural Londrina - Paraná

72 um cronograma no qual os convênios deveriam ter sido aprovados até 31/12/2016, porém  
73 não foram e que no início da nova gestão a Procuradoria Geral entendeu que não poderia  
74 ser feito convênio com pessoa física. Diz que a Receita Federal entendeu que, para haver  
75 repasse, deveria haver o pagamento de Imposto de Renda. Informa que optou-se pelo  
76 uso do instrumento bolsa, pois não há o pagamento de Imposto de Renda, já que o valor  
77 repassado é utilizado no projeto e não fica com o proponente. A participante Patricia de  
78 Castro Santos lembra que o instrumento bolsa já é utilizado pela Biblioteca Nacional. O  
79 conselheiro Kennedy Piau diz que a Assessoria Jurídica do município entende que é  
80 necessária a criação de lei para a criação do instrumento bolsa no município e que a  
81 minuta já está na mesa do prefeito, porém não há tempo hábil para a abertura de edital e  
82 execução ainda este ano. Sugere que seja feita uma reunião com o Prefeito, para que ele  
83 garanta que o orçamento previsto para os projetos independentes deste ano seja mantido  
84 para ser executado no ano que vem, isto é, que seja adicionado ao orçamento que já está  
85 previsto para o próximo ano. Sugere como encaminhamentos: 1) Agendar reunião com o  
86 Prefeito; 2) Acelerar o processo legislativo para a aprovação da Lei que cria os  
87 instrumentos e também o lançamento de editais; 3) Sugere que sejam feitos dois editais  
88 por ano, sendo um primeiro lançado em janeiro para execução no segundo semestre do  
89 mesmo ano, e um lançado em junho para a execução no começo do ano seguinte. O  
90 Secretário Caio lembra que a questão da manutenção do orçamento é operacional, e  
91 explica a dinâmica do orçamento x financeiro, dizendo que apesar do orçamento estar  
92 previsto, isso não garante que o dinheiro esteja ou estará presente em caixa. A  
93 participante Patrícia de Castro diz que a decisão de manter o financeiro para o ano que  
94 vem depende de vontade política, no caso do Prefeito. O conselheiro Luiz Carlos  
95 Sollberger Jeolás diz que até o presente momento nós não temos garantia de que a verba  
96 será mantida para o próximo ano. O conselheiro Kennedy Piau diz que o dinheiro não  
97 some de um ano pro outro, mas que depende de decisão política a destinação da  
98 aplicação dos recursos. O conselheiro Danilo Lagoeiro sugere que seja marcada reunião  
99 com o Prefeito, e que o Conselho possa enviar um documento formal ao Prefeito, para  
100 que ele possa assinar e formalizar a suplementação do valor deste ano para o ano que  
101 vem. Sugere que seja aberta uma conversa sobre o PROMIC de modo geral. O  
102 participante Sérgio Augusto Correia sugere que sejam pensadas outras estratégias para  
103 executar o recurso ainda esse ano, para que o este valor não se perca dentro das  
104 despesas do município. O participante Ricardo concorda com o Sérgio e diz que  
105 provavelmente esta verba será perdida no orçamento do município no ano que vem. A  
106 Presidente Luiza Braga diz que há a ciência de que há a probabilidade de perder o  
107 recurso para o ano que vem, mas que a realização de reunião com o Prefeito e a

## **Conselho Municipal de Política Cultural Londrina - Paraná**

108 manutenção da decisão de que o dinheiro seja mantido para a aplicação nos projetos  
109 independentes é uma forma de posicionamento do Conselho, para valorizar a área da  
110 Cultura. O conselheiro Paulo Briguet diz que acredita ser necessário o sacrifício de abrir  
111 mão do valor que não foi gasto esse ano, para que seja mantido o equilíbrio financeiro do  
112 município. O participante Ricardo se manifesta e concorda com a fala do conselheiro  
113 Paulo Briguet. O conselheiro Alexandre de Oliveira Simioni diz que o Conselho de Cultura  
114 tem que brigar pela cultura e não pode simplesmente abrir mão deste investimento. Diz  
115 que estamos brigando pela cultura e que temos que tentar levar o orçamento para o ano  
116 que vem para que este seja utilizado com inteligência e calma, respeitando os projetos  
117 que foram selecionados e aprovados. Reforça a sugestão de reunião com o Prefeito e  
118 questiona o Secretário Caio Cesaro a respeito de qual é o posicionamento da Secretaria  
119 de Cultura. A participante Danieli Pereira diz entender que o Conselho de Cultura deve  
120 brigar pela cultura, e ressalta a força cultural de Londrina que também depende dos  
121 esforços e recursos do PROMIC, e aponta que Londrina possui vários prêmios e  
122 reconhecimento de diversas áreas culturais. Sugere que passem a ser discutidas ideias  
123 inteligentes para o uso deste recurso e mantém a pergunta do conselheiro Alexandre  
124 Simioni ao Secretário Caio Cesaro sobre qual o posicionamento da Secretaria de Cultura  
125 e quais vias podem ser utilizadas para estreitar a relação da cultura com o Prefeito. O  
126 Secretário Caio pede para que seja levada em conta as dificuldades financeiras do  
127 município e fala que a Secretaria de Cultura passa por dificuldades de pessoal. Lembra  
128 que os bombeiros interditaram o Teatro Zaqueu de Mello, e a Secretaria de Cultura teve  
129 que concordar, pois senão seria necessário o fechamento de todo o prédio, o que inclui a  
130 Biblioteca Pública. Diz que reconhece que o PROMIC é um programa solidificado, mas  
131 que também entende que são necessárias modificações para melhorá-lo. Diz que a  
132 Secretaria de Cultura está a disposição para lutar pela cultura, mas que precisamos ver  
133 quais são as capacidades do município. O participante Ricardo concorda com a Danieli, e  
134 diz que deve ser criada uma comissão para buscar, junto ao prefeito, formas de garantir  
135 que esse dinheiro seja utilizado na cultura, nem que sejam pensadas em soluções de  
136 parcelamento ao longo dos anos. Desta forma, diz apoiar a realização de reunião com o  
137 Prefeito para discussão desse tema. O participante Sérgio Correia pede a palavra e diz  
138 defender os projetos independentes suplentes e diz que, mesmo que os recursos sejam  
139 destinados a pessoas jurídicas, o recurso também beneficia os produtores independentes  
140 e principalmente a população. Diz que não deve haver “marcação de território” de  
141 produtores independentes contra pessoas jurídicas e diz que existem outras  
142 possibilidades para o uso do recurso. A Presidente Luiza Braga explica que na reunião  
143 que foi realizada com os produtores levantou-se a possibilidade do uso do recurso em

## Conselho Municipal de Política Cultural Londrina - Paraná

144 projetos estratégicos, mas que aparentemente esse uso também seria inviável. O  
145 conselheiro Kennedy Piau reforça que os produtores independentes não consideram justo  
146 que os recursos sejam destinados apenas à pessoas jurídicas, e diz que não há  
147 instituições suficientes para comportar a realização de todos os projetos. Diz que o ex-  
148 Prefeito Alexandre Kireeff também teve um posicionamento de contingenciamento dos  
149 recursos do PROMIC e que se não fosse pelo posicionamento e cobrança por parte do  
150 Conselho de Cultura o recurso do PROMIC não teria sido liberado. Informa também que  
151 mudar o percentual de aplicação de recursos em projetos estratégicos e independentes  
152 vai contra a deliberação da Conferência de Cultura. Ressalta que o sacrifício feito pela  
153 área da cultura já é feito ao longo dos anos, ao enfrentar falta de reajustes e valores  
154 bloqueados. Diz que os conselheiros não podem abrir mão de defender os recursos  
155 financeiros, pois representa a sua setorial e tem que brigar pelos investimentos na cultura.  
156 Defende que haja pressão política para garantir estes investimentos. O Secretário Caio  
157 Cesaro ressalta que houve reajuste no orçamento destinado ao PROMIC, que passou de  
158 4,3 milhões para 4,5 milhões para 2018 e diz que a Secretaria brigou para que o  
159 orçamento fosse de 9 milhões. O conselheiro Paulo Briguet diz que o Conselho deve  
160 representar a comunidade e não ter uma visão corporativista e ressalta que o déficit  
161 orçamentário existe e que precisamos nos pautar no realismo. Diz que muitas pessoas,  
162 assim como ele, estão pagando pra trabalhar, e que todos têm sua cota de sacrifício a  
163 fazer pelo bem do município e da comunidade, inclusive o Conselho. Diz que precisamos  
164 dialogar com o Prefeito para garantir o orçamento de 4,5 milhões para o PROMIC em  
165 2018, mas que devemos abrir mão do valor remanescente dos projetos independentes  
166 deste ano, e que este é um sacrifício que a cultura precisa fazer. O conselheiro Carlos  
167 Jeolás sugere como encaminhamento marcar uma data para conversa com o Prefeito,  
168 para que seja entregue em mãos um documento para que ele responda acerca desta  
169 situação. A Presidente Luiza Braga relembra que na última reunião havia sido decidido  
170 que não haveria deliberações por parte do Conselho, devido às pendências eleitorais e,  
171 por isso, não poderia ser votado o encaminhamento do conselheiro Carlos Jeolás. O  
172 conselheiro Kennedy Piau comunica a plenária de que não estará presente na próxima  
173 reunião extraordinária do Conselho, a ser realizada no dia 30/10/2017, pois recebeu um  
174 convite do MINC e não estará em Londrina. Pede sensatez ao Conselho sobre as  
175 decisões acerca do processo eleitoral, que serão decididas na próxima reunião. Nada  
176 mais havendo, às 21h32m deu-se por encerrada a reunião, secretariada por mim, Tatiane  
177 Batista dos Santos, 1ª secretária, cuja ata lavrei e datei e será submetida à aprovação do  
178 Conselho Municipal de Política Cultural na próxima reunião ordinária.